INCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO ENSINO SUPERIOR.

Indaial/SC Maio/2016

Ana Clarisse Alencar Barbosa - **Centro Universitário Leonardo Da Vinci - ana.alencar@uniasselvi.com.br**

Maquiel Duarte Vidal - **Centro Universitário Leonardo Da Vinci - maquiel.vidal@uniasselvi.com.br**

Francieli Stano Torres - **Centro Universitário Leonardo Da Vinci - francieli.torres@uniasselvi.com.br**

Tipo: RELATO DE EXPERIÊNCIA INOVADORA (EI)

Categoria: MÉTODOS E TECNOLOGIAS

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

Neste artigo foram analisadas as concepções do núcleo de apoio psicopedagógico da Uniasselvi - NUAP, em relação às ações desenvolvidas na promoção da educação inclusiva dos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, visando identificar como as ações que estão sendo desenvolvidas nos Polos de Apoio Presencial, além de compreender e aprofundar estudos no que se refere às políticas públicas de inclusão. A pesquisa de cunho qualitativo e com fins descritivos configura uma pesquisa de campo a partir das vivências discutidas no NUAP em reuniões semanais. Os resultados permitem considerar que as ações de acesso e permanência conduzidas pela IES, orientados pela equipe multidisciplinar do NUAP, ampara e inseri os acadêmicos com necessidades especiais em nível superior, em conformidade com a leis e documentos regulatórios acerca da inclusão. Também vem ao encontro com a condução da formação continuada de qualidade para os atores pedagógicos envolvidos, tanto da sede da IES quanto nos polos de apoio presencial para atender as diferenças individuais e assegurar o direito a inclusão dos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, por meio de palestras, mesas redondas, temáticas, estudos, trocas de experiências, cursos livres entre outros, de modo que contribua para as estratégias de melhor atendimento do acadêmico da IES.

Palavras-chave: : Inclusão. Ações Desenvolvidas. Prática Pedagógic

1 INTRODUÇÃO

As instituições de Ensino Superior de um modo geral representam um espaço de construção e troca de saberes, o que as qualificam como sendo provedoras de cidadania, oportunizando e levando educação para uma grande maioria de cidadãos, nas diversas regiões do Brasil. Essa difusão de conhecimentos e convivência harmoniosa entre docente e discente, pode favorecer as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), uma vez que, o apoio mútuo fortalece as relações em todos os sentidos.

Sendo assim, a inclusão tem sido alvo de grandes discussões, em âmbito mundial, tendo em vista a abordagem da legislação, que apregoa a obrigatoriedade em aceitar a matrícula de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na rede de ensino regular. Porém, entendemos que não basta apenas a inserção das mesmas, mas sim, que pessoas com NEE tenham permanência de qualidade e sucesso em sua jornada escolar, seja no ensino básico como no ensino superior.

A redação do presente artigo almeja trazer à luz o tema sobre Inclusão de estudantes com NEE no ensino superior, buscando a promoção da educação inclusiva de acordo com a legislação acerca da educação especial e com o regulamento interno do Centro Universitário Leonardo Da Vinci.

A inclusão ainda tem sido observada como desafio para a realidade da maioria das Instituições de Ensino Superior, tanto em relação às adaptações arquitetônicas, quanto em relação ao currículo e práticas pedagógicas. Neste sentido, o presente artigo traz como objetivo específico abordar as ações desenvolvidas pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci na promoção da educação inclusiva no âmbito conceitual, procedimental e atitudinal.

A sequência metodológica para esse artigo teve como procedimento técnico inicial a pesquisa bibliográfica “que procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos” (CERVO;BERVIAN, 2002, p.65) e quanto aos fins uma pesquisa descritiva em que os “dados, por ocorrerem em seu hábitat natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito” (CERVO;BERVIAN, 2002, p.65). Na sequência o texto assume a forma de pesquisa documental pois estuda de acordo com Cervo; Bervian (2002, p.67) “a realidade presente, e não o passado [...]” servindo como forma de material revisor.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Expresso na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso I, que o ensino será ministrado em “igualdade de condições para o acesso e permanência [...]”. Portanto, começamos a entender que, ao garantir a todos o direito à educação [...], a Constituição Federal não usa adjetivos. Por essa razão, toda instituição de ensino precisa atender aos princípios constitucionais sem excluir nenhuma pessoa em decorrência de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência. Apenas observando ao inciso citado já bastaria para garantir o acesso à mesma sala de aula a qualquer estudante (MANTOAN, 2006, p.26-27).

A educação inclusiva entrou em discussão principalmente a partir da década de 1990, quando a legislação educacional passa a reconhecer a necessidade e o direito de todos a frequentarem a escola de ensino regular.

> Para Stainback (1999), a total inclusão de todos os membros da humanidade, de quaisquer raças, religiões, nacionalidades, classes socioeconômicas, culturas ou capacidades, em ambientes de aprendizagem e comunidade, pode facilitar o desenvolvimento do respeito mútuo, do apoio mútuo e do aproveitamento dessas diferenças para melhorar nossa sociedade. É durante seus anos de formação que as crianças adquirem o entendimento das diferenças, o respeito e o apoio mútuos em ambientes educacionais que promovem e celebram a diversidade humana.

> A construção de sociedades e escolas inclusivas, abertas às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas, é um objetivo prioritário da educação nos dias atuais. (ARAÚJO, 2007, p.16)

A partir desse princípio, pode-se entender que a educação é direito de todos os seres humanos. Da mesma forma, o respeito à igualdade considerando-os como seres que pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências individuais.

Carvalho (2008) e Oliveira e Poker (2002), conceituam a educação inclusiva como: a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência (sensorial, física ou cognitiva) origem sócio-econômica, étnica ou cultural. Para eles, a escola inclusiva pressupõe uma educação adequada e de qualidade dada conjuntamente para todos os estudantes – os considerados dentro dos padrões da normalidade junto com os que possuem necessidades educacionais especiais - nas salas do ensino comum, da escola regular, onde deve ser desenvolvido um trabalho pedagógico que sirva a todos os estudantes, sem discriminação.

Conforme a LDB (1996), Resolução nº2, Art.12:

> [...] os sistemas de ensino devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem as necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.

Assim as modificações e adaptações da estrutura física do ambiente educacional significam dar condições e possibilidades a todos, garantia de direitos, a fim de que possam ter acessibilidade favorecendo a participação e circulação de todos os estudantes em ambientes educacionais inclusivos.

Diante desta afirmação, observa-se que as instituições de educação precisam garantir a acessibilidade física de todos os estudantes, melhorar a qualidade do processo ensino e aprendizagem, rever o projeto curricular adotado para identificar as flexibilizações possíveis, criando condições favoráveis para o acesso curricular de todos os estudantes, melhorar a qualidade na formação dos professores e contar com a participação efetiva de especialistas que atuem como suporte para professores, estudantes e famílias..

Desta forma, construir

> A educação é o principal alicerce da vida social. Ela transmite e amplia a cultura, estende a cidadania, constrói saberes para o trabalho. Mais do que isso, ela é capaz de ampliar as margens da liberdade humana, à medida que a relação pedagógica adote como compromisso e horizonte ético-político, a solidariedade e a emancipação.

E é através desta concepção de educação inclusiva, que se abre a necessidade de práticas e ações dentro das instituições de ensino superior para que se efetive de maneira clara e transparente a inclusão de estudantes com NEE, que por sua vez são identificados no artigo 5º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que diz:

> Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem: I. dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II. dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III. altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar

rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes (Resolução CNE/CEB Nº 2/2001).

Ao reconhecer essas necessidades evidencia-se a relevância e as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino, sendo evidenciada a importância da busca e da criação de ações responsáveis para superar e incluir pessoas com necessidades educacionais no ensino superior. Desta forma, as ações do NUAP e de seus integrantes passam a legitimar as práticas educacionais inclusivas para vencer a lógica da exclusão.

3 Ações desenvolvidas na IES

Com a preocupação em atender as solicitações legais e as demandas das políticas de inclusão social, a IES demonstrou preocupação em atender estas demandas, tanto no que se refere à estrutura física quanto pedagógica. Nesse contexto, em 2010, foi criado o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUAP), com o objetivo de atender às constantes necessidades pedagógicas e acadêmicas da Instituição. Este tem por objetivo geral oferecer apoio a professores e acadêmicos da instituição fornecendo-lhes instrumentos que facilitem o processo de ensino e de aprendizagem e a permanência acadêmica. A partir do ano 2014 houve uma nova configuração do NUAP que passou as integrar atores pedagógicos de diferentes setores dentro da IES para discutir e propor ações de melhoria no atendimento de acadêmicos com necessidades especiais.

Desta forma, este Núcleo tem fomentado várias ações de aspectos legais, pedagógicos, técnicos para que de fato a visibilidade da educação especial, o atendimento a acadêmicos com NEE aconteça.

3.1 Criação do NUAP como equipe multidisciplinar

A criação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NUAP foi idealizada para atender aos desafios da IES em se adaptar no que tange ao acolhimento e atendimento aos acadêmicos com necessidade educacionais especiais. O objetivo principal do Núcleo é propiciar o ingresso e a permanência dos estudantes no ensino superior com o propósito de fortalecer as práticas inclusivas de acesso. Nesta primeira configuração o Núcleo era conduzido pelo atendimento de assessoria por uma profissional da área da psicologia que fazia a mediação entre os atores pedagógicos do Polo de apoio presencial e os atores pedagógicos do Centro Universitário Leonardo da Vinci.

Em 2014, a Instituição passa a constituir esse núcleo como um órgão consultivo e deliberativo, visando atender aos estudantes em suas necessidades individuais e coletivas, emocionais e cognitivas, sociais e científicas, vocacionais e profissionais e em qualquer outra forma de aprender, de ser e de se relacionar com o interdisciplinar e dinâmico mundo do trabalho, bem como, com o que precede a esse relacionamento, o mundo do conhecimento do ensino superior.

Esta nova configuração está representada por uma equipe multidisciplinar composta pelos seguintes setores: coordenação de curso, supervisores de disciplina (docente), coordenador dos tutores de sala e de articuladores, especialista em Educação Inclusiva, supervisor de tutoria a distancia, e conta também com profissionais da área de Psicopedagogia. Nesta configuração, as pessoas do NUAP reúnem-se uma vez por semana para tratar de demandas enviadas pelos polos de apoio presencial ou coordenadores de curso para o atendimento destes acadêmicos.

Deste modo, junto aos atores pedagógicos e aos acadêmicos, o NUAP promove ações de acolhimento, informação e integração com a comunidade acadêmica, como mecanismo de reduzir as dificuldades enfrentadas na aquisição do conhecimento científico.

3.2 Intérprete Educacional

O Intérprete Educacional do Centro Universitário Leonardo da Vinci, tem por função atender e orientar os acadêmicos com necessidade educacionais especiais (NEE) no acesso aos ambientes do Polo de Apoio Presencial, primando pela acessibilidade, pelos serviços e pelas atividades-fim da instituição; atuar nos processos seletivos e matrículas para os cursos oferecidos no Polo de Apoio Presencial; atuar nos encontros presenciais para viabilizar o acesso dos acadêmicos com NEE aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; orientar e conduzir os acadêmicos com NEE nos encontros presenciais e no acompanhamento durante os momentos de autoestudo, no Polo de Apoio Presencial, auxiliando-os em suas atividades como colaborar para que o acadêmico com NEE obtenha orientações da supervisão dos estágios curriculares, das atividades complementares, das atividades de iniciação científica e de extensão originárias dos cursos, oferecidos no Polo de Apoio Presencial.

O apoio do intérprete educacional propõe garantir a acessibilidade aos acadêmicos com surdez, respeitando o seu direito de matrícula e permanência no Ensino Superior. Além disso, está pautado em documentos norteadores nacionais, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), no Decreto nº 7.611 (BRASIL, 2011), nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), que orientam que todos os sistemas educacionais precisam ser inclusivos, dar oportunidade de igualdade, independente da condição física e psicológica.

3.3 Manual do NUAP.

Para subsidiar as ações realizadas nos polos de apoio presencial do Centro Universitário o NUAP organizou um conjunto de materiais que norteiam as atividades com os acadêmicos com necessidades especiais nos polos de apoio presencial.

Com o objetivo de divulgar e orientar as ações do NUAP elaborou-se o manual no NUAP, que contempla aspectos legais, orientações procedimentais e técnicas, que irão permear as ações do atendimento as especificidades dos acadêmicos com necessidades especiais, nos polos de apoio presencial e vinculados ao Centro Universitário Leonardo da Vinci. Esse manual, que já está caminhando para sua 2ª edição, tem sido de suma importância para todos os atores pedagógicos da IES.

3.4 Material Adaptado para cegueira e baixa visão.

A Instituição oferece assistividade aos acadêmicos com cegueira e com baixa visão, por meio de softwares e materiais adaptados, enviados aos polos, para facilitar o acesso aos mesmos, fica a cargo do acadêmico manifestar-se sobre a melhor opção de envio.

Além dos programas DOSVOX e NVDA, também ocorre o envio de provas e cadernos de estudo no formato .txt.

Os textos utilizados nas disciplinas e as avaliações dessas, para acadêmicos com cegueira, são enviadas no formato .txt a fim de permitir a leitura pelo programa DOSVOX assim como a ampliação da fonte do texto, nas provas, para acadêmicos que apresentam baixa visão.

Com o objetivo de subsidiar os atores pedagógicos nos polos, que realizam a orientação de acadêmicos com cegueira, o NUAP, elaborou um passo a passo que contempla a utilização dos arquivos DOSVOX e TXT, que fazem parte do material de apoio.

Além destes materiais são enviados aos polos provas e cadernos de estudos ampliados (em arquivo TXT ou PDF), para acadêmicos que apresentam baixa visão. Assim, o polo de apoio presencial precisa se organizar no sentido de permitir que este acadêmico seja atendido.

3.5 Assistividade nos materiais complementares.

Durante todo o tempo de permanência dos acadêmicos na IES, professores e coordenadores de curso dialogam sobre melhorias no processo de atendimento a acadêmicos com NEE, seja qual for a natureza. Desta forma, diversos materiais são produzidos com acessibilidade, seja por meio de caixa de intérprete nos vídeos das disciplinas, bem como legendas e audiodescrição.

A acessibilidade pode ser encontrada também nas trilhas de Aprendizagem, que apresentam materiais instrucionais de maneira virtual e interativa. Como exemplo, cita-se o objeto de aprendizagem para a disciplina de LIBRAS, que apresenta o alfabeto de sinais por meio de animação. A utilização de materiais de apoio contribui com a acessibilidade pedagógica, porque são apresentados em diversos modelos a serem interpretados pela diversidade acadêmica. Assim, acadêmicos com surdez possuem acesso a textos ou vídeos com janelas de tradução em LIBRAS. Acadêmicos cegos ou de baixa visão tem acesso aos vídeos e documentos com áudio descrição.

3.6 Formação continuada, cursos de nivelamento e livre

O Centro Universitário Leonardo Da Vinci enquanto Instituição de Ensino Superior garante a formação continuada de todos os atores pedagógicos que rodeiam o acadêmico com NEE, a fim de que todos possam estar capacitados a lidar com as particularidades deste indivíduo.

A formação continuada é facilitada na IES por meio de palestras, mesas de debate, troca de experiência relativa à educação inclusiva, a qual ocorre semestralmente e extraordinariamente, nos casos em que houver necessidade.

3.7 Projetos de Extensão e Iniciação Cientifica.

A IES concebe a acessibilidade de forma ampla, contemplando a acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, digital e nas comunicações em todos os projetos de Extensão e de Iniciação Cientifica que são acessados pelos acadêmicos. O objetivo maior é permitir que o acadêmico desenvolva senso crítico frente as questões de acessibilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido na IES permite ponderar que os profissionais participantes deste núcleo buscam amparar e inserir acadêmicos com necessidades educacionais especiais em nível superior, em conformidade com a leis e documentos regulatórios acerca da inclusão, mas principalmente em relação à formação continuada com qualidade aos atores pedagógicos envolvidos direta ou indiretamente nos polos de apoio presencial para atender as diferenças individuais e assegurar o direito a inclusão dos acadêmicos com necessidades educacionais especiais, exigindo adequação de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as especificidades da IES.

Neste sentido, o NUAP vem orientando pontualmente as demandas postas no cotidiano acadêmico no que tange às questões relativas à inclusão e à permanência de pessoas com necessidades

educacionais especiais na educação superior.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. Introdução: a educação e a construção da cidadania: eixos temáticos da ética e da democracia: In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília, 2007.

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Resolução CNE nº 2**. Brasília: CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2016.

_____. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial** [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2011.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: . Acesso em: 11 abr. 2016.

_____. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília: 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Alcino Pedro. **Metodologia Científica**. 5.edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? 2ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

OLIVEIRA, A. A. S. e POKER, R. B. Educação inclusiva e municipalização: a experiência em educação especial de Paraguaçu Paulista. **Revista Brasileira de Educação Especial**. v.8, n.2. Marília: Unesp Publicações, p.233-244, Jul./Dez. 2002.